

ANO: 2019

AÇÕES (iniciativas)	MEDIDAS ADOTADAS (como fazer)	QUANTO (Custo da ação)	ONDE (onde será realizada a ação)	PRAZO (quando fazer)	RESPONSÁVEL (quem faz)	INDICADOR (meio de verificação)
1. Edição de Súmulas/Enunciados pelo CSMP/PI que uniformizem a atuação dos órgãos de execução na defesa do patrimônio público.	- Envio, pelo CACOP, de minutas de Súmulas/Enunciados à Presidente do CSMP/PI.	Não há custo para o Ministério Público.	Em Teresina.	Realizada em setembro de 2019.	CACOP PGJ/PI CSMP/PI	- Aprovação e publicação das Súmulas/Enunciados pelo CSMP/PI.
2. Regulamentação do TAC e do acordo de leniência nas investigações de improbidade administrativa no âmbito do MP/PI.	- Envio de minuta de Ato, pelo CACOP, à Presidente do CPJ.	Não há custo para o Ministério Público.	Em Teresina.	Realizada em setembro de 2019.	CACOP PGJ CPJ/PI	- Aprovação de Resolução pelo CPJ regulamentando TAC na improbidade administrativa, bem como o acordo de leniência
3. Fortalecimento da perícia contábil e de engenharia civil do MP/PI, para realização de perícias no âmbito da atividade ministerial na defesa da probidade administrativa.	- Assinatura de Termos de Cooperação com universidades públicas e/ou chamamento público de profissionais técnicos; - Visitas dos profissionais da Coordenadoria de Perícias Técnicas do MPPI a outros MPs, a fim de buscar medidas para o melhoramento do luxo de	Não há custo para o Ministério Público.	Em Teresina.	Até de dezembro de 2021.	CACOP PGJ CSMP/PI TI Coordenadoria de Perícias e Pareceres Técnicos Universidades públicas Iniciativa privada	- Quantidade de Termos de Cooperação assinados; - Estudo, a ser realizado pelo CACOP, sobre a viabilidade do chamamento público de profissionais a ser

	<p>atendimento às solicitações dos órgãos de execução;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Regulamentação do índice e correção monetária no MP/PI, pela PGJ/PI, para cálculo do dano ao erário pelo setor de perícias da instituição; - Criação de calculadora de correção do índice de correção monetária. 					<p>entregue à PGJ;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Envidar esforços junto à PGJ para que profissionais do Setor de Perícias do MPPI conheça outras realidades em outros MPs do País; - Entrega de minuta de Ato à PGJ/PI que regulamenta índice de correção monetária a ser adotado no âmbito do MPPI; - Criação de link no site do MPPI, com calculadora customizada, para que os próprios órgãos de execução possam calcular o dano ao erário;
<p>4. Regulamentação do artigo 4º, II, da Resolução 174/2017, do CNMP, que trata da lesão ao bem jurídico tutelado manifestamente insignificante, pelo CSMP/PI.</p>	<p>- Envio do Ofício nº 190/2017/CACOP ao CSMP/PI.</p>	<p>Não há custo para o Ministério Público.</p>	<p>Em Teresina.</p>	<p>Junho de 2020.</p>	<p>CACOP CSMP/PI</p>	<p>-Aprovação pelo CSMP/PI</p>

5. Diagnóstico dos procedimentos extrajudiciais cíveis de investigação.	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento de dados do SIMP – com aplicação de BI - que demonstrem a atuação do MPPI na esfera extrajudicial, na defesa do patrimônio público, entre 2016 e 2019; - Publicidade à classe ministerial demonstrando os números 	Não há custo para o Ministério Público.	Em Teresina.	Concluído em novembro/2019.	CACOP PGJ TI Promotorias de Justiça	<ul style="list-style-type: none"> - Consolidação de dados em gráficos; - Apresentação dos dados aos membros e servidores do MPPI
6. Estimular a criação do NUPIA (Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição) no MP/PI.	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento da prática em outros MPs e encaminhamento à PGJ de sugestões sobre a implantação 	Passagens e diárias.	Em Teresina.	Realizado em setembro/2019.	CACOP PGJ	<ul style="list-style-type: none"> - Relatórios encaminhados à PGJ
7. Procedimento extrajudicial virtual.	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento da prática em outros MPs (Paraíba e Ceará) e encaminhamento de sugestões à PGJ; - Visita técnica da TI, juntamente com o CACOP, do MP/PI, em outros MPs que já detém a ferramenta; - Implantação da ferramenta no âmbito do MPPI 	Passagens e diárias.	Em Teresina.	Até dezembro de 2021.	CACOP PGJ TI	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação do processo extrajudicial virtual no âmbito do MPPI e integração com o PJe do Poder Judiciário
8. Criação e implementação do FDD (Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos).	<ul style="list-style-type: none"> - Encaminhamento de minuta de Projeto de Lei à PGJ, para que possa ser redirecionado à Assembleia Legislativa pela PGJ. 	Não há custo para o Ministério Público.	Em Teresina.	Até dezembro de 2020.	CACOP PGJ Assembleia Legislativa	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação de Projeto de Lei pela Assembleia Legislativa do Piauí.

<p>9. Oficinas (CACOP e TCE/PI) de qualificação para membros e servidores do MPPI.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão de procedimentos de investigação cível; - Elaboração de cartilha em conjunto com o TCE/PI sobre o uso dos sistemas do TCE/PI pelos membros do MPPI; - Manejo dos portais da transparência e de sites do TCE/PI e do TCU com ferramentas para meio de provas válidas no procedimento de investigação extrajudicial e no processo judicial; - Análises de casos corriqueiros nos órgãos de execução de defesa do patrimônio público, identificados conforme demanda ordinária ao CACOP; 	<p>- Diárias para servidores, em virtude de deslocamento.</p>	<p>Nas Promotorias de Justiça sedes dos Polos Regionais do MPPI</p>	<p>Até dezembro de 2021.</p>	<p>CACOP TCE/PI TCU Promotorias de Justiça Membros Servidores</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Número de oficinas realizadas; - Publicização da Cartilha (manual) de acesso ao sistema do TCE/PI; - Número de membros e servidores qualificados nas oficinas regionais.
<p>10. Atuação técnica e político-institucional do CACOP.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Expedição de Notas Técnicas; - Emissão de Pareceres técnicos; - Elaboração de Informativos jurídicos; - Execução de ações temáticas coordenadas (PGA 2020/2021); - Assunção do papel de instrumento de integração institucional, junto ao CSMP/PI, órgãos de execução, PGJ e Coordenadoria de Recursos Cíveis do MPPI; 	<p>Não há custo para o Ministério Público.</p>	<p>Em Teresina.</p>	<p>Até dezembro de 2021.</p>	<p>CACOP PGJ CSMP/PI RH TCE/PI APPM</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Número de Notas Técnicas expedidas; - Número de Pareceres técnicos emitidos; - Número de Informativos jurídicos elaborados; - Reuniões e palestras com os parceiros, para apresentação do PGA 2020/2021, e para a

	- Desempenho de política interinstitucional da autocomposição, junto ao TCE/PI, APPM e outros.					disseminação da política institucional de autocomposição do MPPI;
11. Monitoramento da resolutividade extrajudicial pelo CACOP como: Valores acordados em sede de TAC na improbidade; Valores ressarcidos aos cofres públicos (dano ao erário); Valores de multa civil e juros de mora, previstos no TAC, pagos; Projeto social, serviço público ou obra pública, iniciados ou fomentados com valores de multa civil e juros de mora do TAC; Aumento do número de TACs na defesa da probidade na gestão pública; Aumento do número de arquivamentos integrais com resolutividade e com TAC; Diminuição/manutenção do número de ACPs/IA ajuizadas; Aumento do número	- Criação de sistema próprio para a alimentação dos dados pelos órgãos de execução ou inclusão de movimentações específicas no SIMP;	- Sem custos	- Teresina	Até dezembro de 2021	CACOP PGJ TI do MPPI Promotores de Justiça	- Apresentação dos dados (resultados) consolidados à PGJ, aos Membros do MPPI e à sociedade

<p>de PAs para acompanhamento do cumprimento do TAC, bem como da execução do acórdão condenatório do Ente que imputou débito ao gestor;</p>						
	<p>Elaborado por: Sinobilino Pinheiro da Silva Júnior. Data: Teresina, 11 de dezembro de 2019.</p>					